

**FUNDAÇÃO OBRA NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO**

# **Relatório e Contas**

**2015**

Estr. da Circunvalação,5 | 2685-253 Moscavide/Portela

☎ 219434433 📠 219434332

E-mail: [nspur.lisboa@sapo.pt](mailto:nspur.lisboa@sapo.pt)

## **Relatório de Gestão 2015**

### **1 - Introdução**

---

A Fundação da Obra de Nossa Senhora da Purificação, tem como atividade principal “Atividades de apoio social para crianças e jovens, com alojamento”. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2015.

### **2 - Enquadramento Económico**

---

De acordo com a generalidade dos analistas, registou-se um crescimento económico moderado em 2015, ligeiramente abaixo das projeções previamente efetuadas e do crescimento registado no período homólogo. Um dos principais motivos prende-se com o facto das políticas adotadas pelas maiores economias não terem ainda reestabelecido a confiança dos mercados, especialmente na zona euro. Este clima de incerteza é reforçado pela falta de aprofundamento de compromissos político-económicos entre os países da União Europeia (UE), pela tibieza no regresso aos mercados dos países intervencionados, e pela desaceleração das economias emergentes. O continente europeu é particularmente marcado pelo pós-enclave grego e principalmente pelo impacto social, político e económico da crise dos refugiados do médio oriente.

#### **2.1. A Nível Internacional e Europeu**

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a atividade económica a nível mundial terá registado em 2015 um crescimento positivo de cerca de 3% (3,1%) – ligeiramente abaixo dos valores de 2014 –, sendo que o Produto Interno Bruto (PIB) das designadas economias desenvolvidas apresenta uma tendência contrária, ainda que com um crescimento muitíssimo ténue, situando-se na ordem dos 1,9% (1,8% no ano anterior), contra os 4% das economias emergentes (4,6% no ano anterior). Comparando os ritmos de crescimento dos EUA e da zona euro, verificamos que as previsões do ano transato estavam corretas, uma vez que os EUA tiveram um ligeiro incremento da atividade económica na ordem dos 0,1% (a economia americana fechou o ano de 2014 com um crescimento de 2,5%) e, na zona euro, este foi um ano de alavancagem da economia rondando os 1,5%. Na globalidade, a economia europeia continuou a retoma de crescimento económico iniciada em 2014 (na ordem dos 0,9%), que contrastava com a destruição de valor que ocorrera no ano de 2013 (na ordem dos -0,5%).

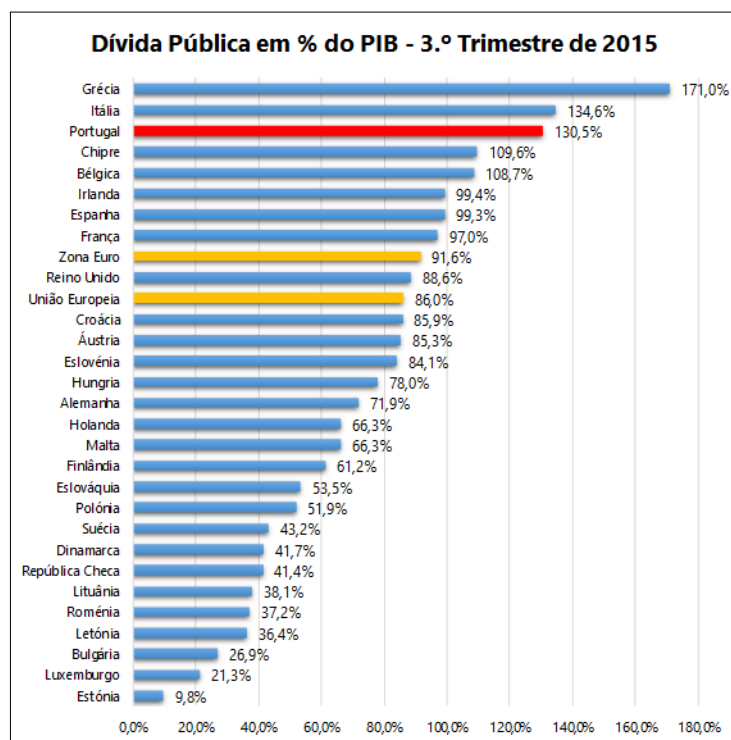
As previsões indicam que, em 2015, os EUA continuaram o ritmo de crescimento do triénio anterior (o crescimento estimado prevê-se que ronde os 2,5%, mais 0,1% que em 2014) e a nível europeu, os valores finais apurados em 2015 apontam para sinais de retoma económica, ainda que com um crescimento de cerca de 1,5%. Esta retoma da economia europeia será mais modesta nos países cujas economias têm estado debaixo de elevada pressão, nomeadamente a dos países mais

pequenos e mais periféricos, muito em resultado das suas dívidas soberanas e permanência da desconfiança dos mercados sobre a resolução da crise. A crise grega ainda que mediaticamente mais apagada continua ainda a ser um dos mais relevantes fatores-chave para a leitura macroeconómica da UE no curto e médio prazo. As tensões políticas na negociação entre os países membros e Bruxelas são fatores indutores de instabilidade económica para a macrorregião europeia, já tão economicamente fragilizada de per si.

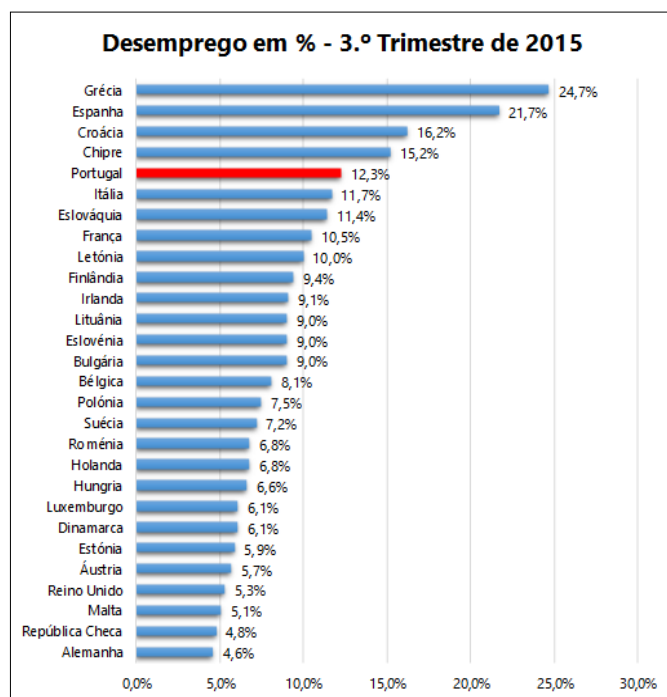
A economia chinesa tem sofrido nos últimos anos um desacelerar constante, ainda que não muito vincado, cifrando-se o PIB chinês de 2015 em níveis de crescimento inferiores aos de 2014 (7,3%). O crescimento previsto da economia chinesa estima-se que tenha alcançado os 6,9% em 2015. As duas economias emergentes mais relevantes da América Latina, o Brasil e o México, apresentam divergentes estádios nas suas trajetórias de crescimento. A economia mexicana crescerá a um ritmo superior em 0,2 pontos percentuais ao verificado no ano de 2013 (2,3% em 2014, 2,5% em 2015). O Brasil tem abrandado o seu ritmo de crescimento após uma primavera económica que prometia um crescimento mais acentuado e sustentado nos próximos anos. A economia brasileira acentuou em 2015, de forma vincada, a espiral recessiva. O decréscimo do PIB rondará, segundo as estimativas os 3,8%, reforçando desta forma a destruição de valor na economia brasileira. Ainda no que diz respeito aos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), a economia russa afundou e entrou numa recessão particularmente intensa. Enquanto que os dados de 2014 indicaram um crescimento positivo do PIB de 0,6%, em 2015 esse indicador deverá cifrar-se nos - 3,8%. Segundo os mesmos apontadores do FMI, o Japão teve em 2015 um ligeiro crescimento de 0,6% do PIB que se coaduna com a estagnação existente já em 2014. De acordo com o Economist Intelligence Unit (EIU), o crescimento da economia nipónica será em média 1,1% no período 2015-2030.

Em termos de mercado cambial, o mesmo tem evoluído de forma algo instável, na linha do que tem sucedido nos anos imediatamente anteriores. No início de 2015 a cotação EUR/USD era de 1,2043 e no fim do ano a mesma cotação era de 1,0887. Na mesma linha, em 2015, o euro desvalorizou-se face ao franco suíço e face à libra esterlina, conforme dados do Banco Central Europeu (BCE). Por seu lado, o lene valorizou-se face ao euro. Em janeiro de 2015, a eliminação do limiar mínimo na cotação CHF-EUR realizada por parte do banco central suíço, fez com que a cotação do franco suíço subisse velozmente para valores próximos da paridade com o Euro, que se mantiveram ao longo de todo o ano de 2015.

Como consequência dos excessivos défices públicos dos últimos anos, a dívida pública nas designadas economias desenvolvidas continua a atingir níveis que não eram tão elevados desde a Segunda Guerra Mundial. Os dados mais recentes apontam para rácios de dívida pública (em % do PIB), nos EUA de 100,5% (101,7% em 2014), 86,0% na UE (86,6% em 2014) e 91,6% na Zona Euro (91,9% em 2014). Os principais déficits europeus são apresentados na figura seguinte (dados do Eurostat relativos ao 3.º trimestre de 2015):



No que concerne ao emprego, a taxa de desemprego nos EUA cifrou-se nos 5%, o que significou uma redução de mais de 1% face a 2014. Já na Zona Euro, as taxas de desemprego mantiveram-se abaixo das apresentadas em 2014, tendo-se fixado em 10,5% (novembro de 2015). As menores taxas de desemprego são observadas na Alemanha (4,6%) e na República Checa (4,8%) sendo as maiores na Grécia (24,7%) e em Espanha (21,7%). É importante realçar que a descida deste indicador em Portugal tem sido relativamente sustentada: a taxa de desemprego desceu de 15,3% no final de 2013, para 13,3% no final de 2014, e para 12,2% no final de 2015. Apresenta-se de seguida o gráfico representativo das taxas de desemprego, em percentagem, elaborado pelo Eurostat com dados do 3.º trimestre de 2015:



## 2.2 A nível Nacional

Do ponto de vista económico e social, o desempenho de Portugal revela um comportamento algo modesto, mas ainda assim promissor pela leitura que é possível obter dos últimos dados das instituições europeias e portuguesas.

Um dos principais fatores de incerteza apontados pelas instituições internacionais tem sido a instabilidade política do último quartel de 2015, que levou ao afastamento do governo da coligação PSD-CDS por acordo parlamentar entre as forças políticas que constituíram uma coligação de esquerda (PS, CDU e BE). São sobretudo apontadas críticas ao potencial nível de incerteza gerado pela decisão tripartida em várias áreas chave da ação governativa e da economia e, em que medida, as forças políticas mais à esquerda conseguirão levar avante propostas dissonantes com a orientação genérica da UE que tem sido seguida nos últimos tempos para o conjunto dos países membros.

Apesar de muito ténues, as melhorias da condição macroeconómica portuguesa fazem sentir-se nomeadamente na ligeira redução da taxa de desemprego e no crescimento positivo do PIB. Assim, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a economia portuguesa registou em 2015 um crescimento de 1,5% no PIB, representando uma melhoria face a 2014, ano em que se observou um crescimento do PIB na ordem dos 0,9%. Os resultados agora apresentados são os mais positivos desde 2011. Esta evolução foi determinada pelo contributo mais positivo da procura interna comparativamente com o verificado no ano anterior, refletindo um crescimento mais intenso das despesas de consumo final e da desaceleração do Investimento. A procura externa líquida registou um contributo menos negativo para a variação homóloga do PIB, devido à aceleração das Exportações de Bens e Serviços.

A inversão da contração da procura interna do período 2011-2013, iniciada em 2014, manteve-se em 2015, apresentando este indicador um crescimento de 0,2%, face ao período homólogo, cifrando-se em 2,4%, em termos reais. O consumo privado seguiu o mesmo rumo, passando de um aumento de 2,0% em 2014 para um crescimento de 2,4% em 2015. O Investimento apresentou uma depreciação quando comparado com o ano anterior (4,3% em 2014 e 2,4% em 2015).

Em 2015, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento de 4,8% em termos reais, traduzindo-se numa aceleração comparativamente com o observado em 2014 (variação de 1,4%).

As Importações de Bens e Serviços desaceleraram em 2015, registando um crescimento de 5,7% em volume (6,4% em 2014), em resultado do crescimento menos intenso de ambas as componentes. As importações de bens apresentaram uma desaceleração mais pronunciada, enquanto as importações de serviços mantiveram um crescimento relativamente estável quando comparadas com o período homólogo.

No que diz respeito à evolução do emprego, a taxa de desemprego em Portugal atingiu, no quarto trimestre de 2014, os 12,2%, representando uma descida de 1,3% face ao período homólogo de 2014, sendo atualmente a quinta mais elevada da UE. Um dos aspetos mais preocupantes no que respeita ao mercado de trabalho é o desemprego jovem e, em particular, de jovens qualificados (118.600 pessoas). A população desempregada foi estimada em 633.900 pessoas, uma diminuição homóloga de 9,2% (menos 64.400 pessoas do que em 2014). A população empregada, estimada em 4.561.500 pessoas, verificou um acréscimo homólogo de 1,6% (mais 69.900 pessoas).

No respeito às taxas de juro (e consequentemente dos níveis de risco das obrigações do tesouro) a que a República Portuguesa se consegue financiar externamente, estas têm flutuado ligeiramente, tendo descido na segunda metade de 2015. A taxa de rendibilidade de Obrigações do Tesouro a 10 anos foi igual em janeiro e dezembro de 2015 (2,49%). O Bid-to-Cover Ratio (rácio que compara as ações de compra recebidas com as efetivamente aceites) dos leilões de dívida pública no mercado secundário tem-se reduzido, ficando ainda assim acima dos valores que as instituições financeiras consideram como sendo leilões com sucesso (2,0).

Após a conclusão, em maio de 2014, do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) que conduziu à adoção, por parte do Governo, de um conjunto de medidas para o ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e de carácter estrutural, a grande questão levantada tinha que ver com a modalidade de relacionamento com a comunidade de credores no futuro próximo. Isto é, quais os moldes em que Portugal pretenderia alicerçar o seu financiamento externo: através do mercado de capitais ou, alternativamente, a despeito de o financiamento ser assegurado por investidores do setor privado, se se preconizaria uma opção assente na existência de uma rede de proteção disponibilizada pelos credores oficiais (instrumentos de recurso como a Linha de Crédito Condicionada Cautelar e o Mecanismo Europeu de Estabilidade). A avaliar pela intensidade de colocação de dívida soberana no mercado, esta decisão tenderá a assentar muito mais sobre a primeira opção. Esta opção, para além da independência económico-política na política interna, fará com que os juros pagos pelo estado português sejam tendencialmente mais baixos, levando, deste modo, a que os encargos financeiros do estado – pelo menos no que diz respeito às grandes operações de financiamento – sejam reduzidos significativamente.

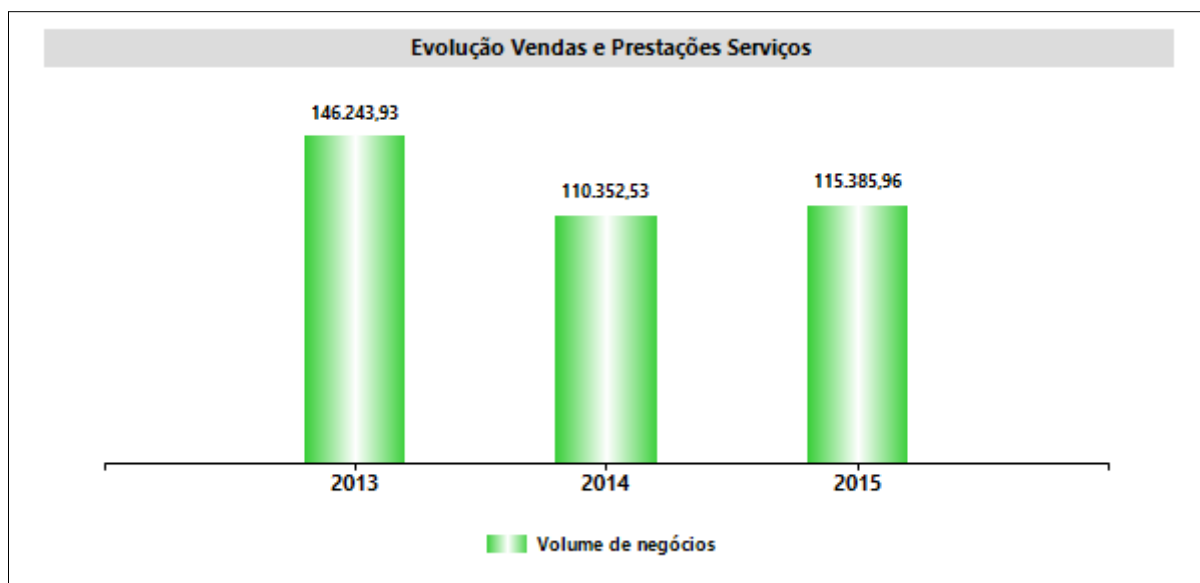
Em termos orçamentais, o défice do Estado para 2015 fixou-se aproximadamente nos 3% do PIB sem o efeito Banif, e de 4,2% considerando o impacto da venda desta instituição financeira.

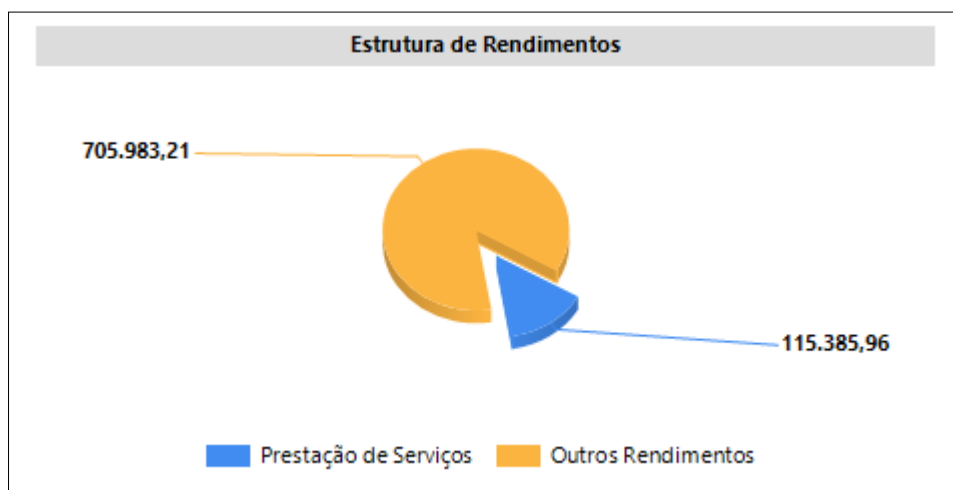
### 3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

---

No período de 2015 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela Fundação. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 115.385,96 €, representando uma variação de 4,56% relativamente ao ano anterior.

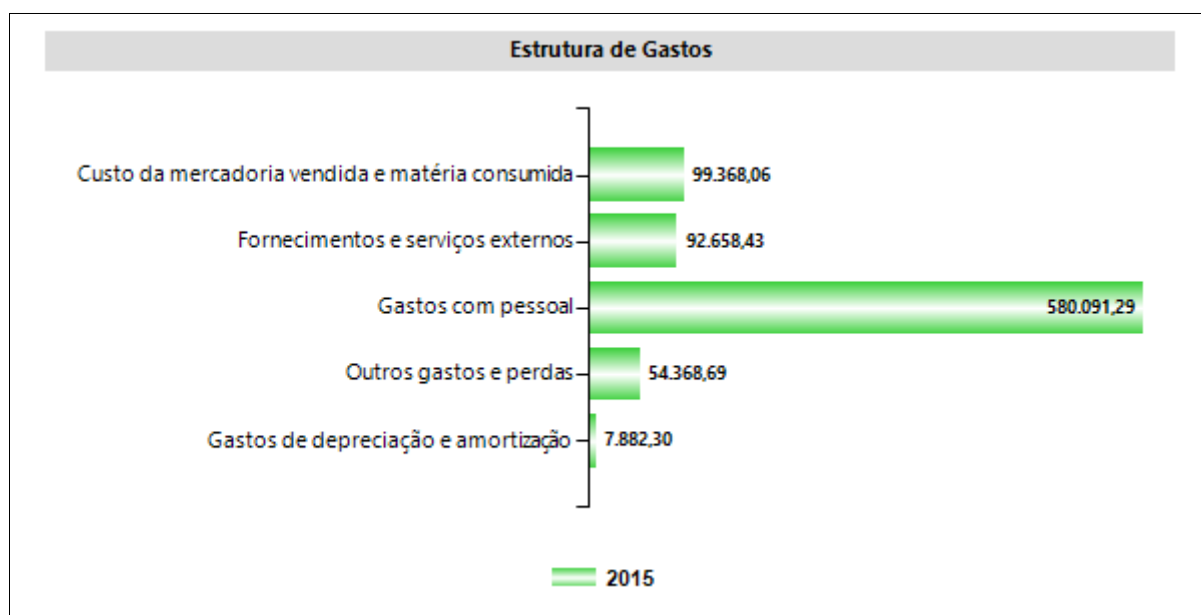
A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:



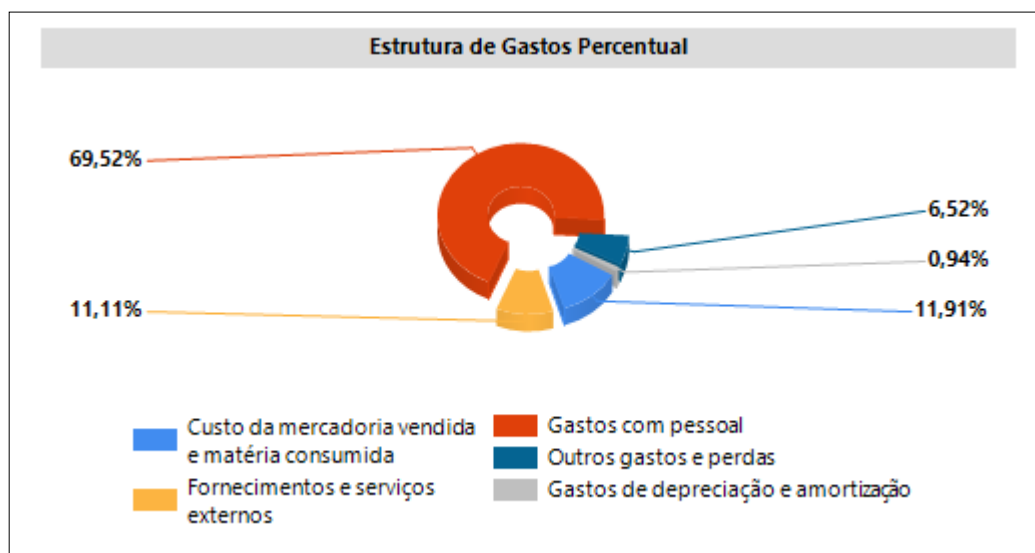


Outros rendimentos reporta-se maioritariamente a subsídios recebidos de protocolos estabelecidos com a Segurança Social.

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:



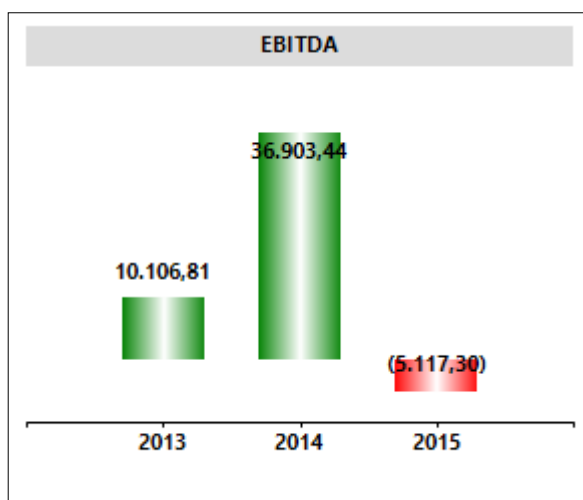
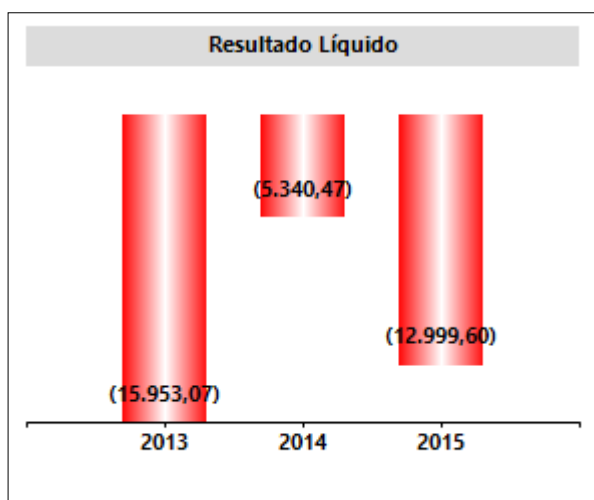




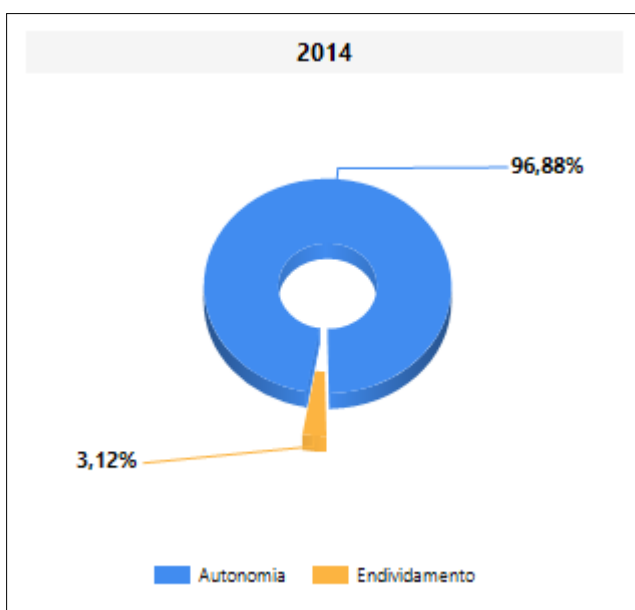
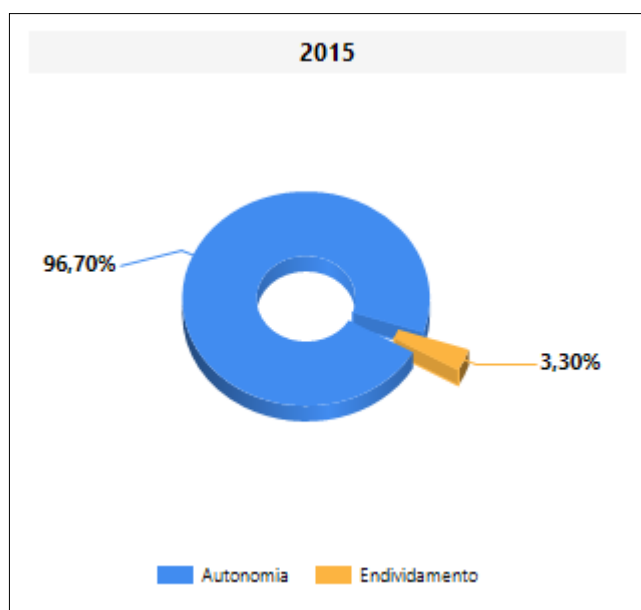
No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2015	2014	2013
Gastos com Pessoal	580.091,29	582.885,18	515.121,95

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

## ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2015		2014	
<b>Ativo não corrente</b>	1.588.946,71	92 %	1.562.666,97	90 %
<b>Ativo corrente</b>	145.078,64	8 %	181.505,39	10 %
<b>Total ativo</b>	<b>1.734.025,35</b>		<b>1.744.172,36</b>	

RUBRICAS	2015		2014	
<b>Capital Próprio</b>	1.676.781,86	97 %	1.689.781,46	97 %
<b>Passivo não corrente</b>	0,00	0 %	0,00	0 %
<b>Passivo corrente</b>	57.243,49	3 %	54.390,90	3 %
<b>Total Capital Próprio e Passivo</b>	<b>1.734.025,35</b>		<b>1.744.172,36</b>	

## 4 - Expetativas Futuras

### 4.1. Cenário macroeconómico

Para 2016 e 2017, as projeções do FMI apontam para uma melhoria ligeira do desempenho da economia mundial, assente na manutenção do crescimento das economias avançadas, e numa gradual retoma de crescimento das economias emergentes, especialmente os países emergentes asiáticos (sobretudo a Índia). Esta projeção aponta, contudo, para um crescimento menos robusto face à década de 2000, refletindo políticas económicas menos expansionistas, preços de matérias-primas mais baixos (exemplo manifesto do petróleo) e, também, o agravamento de tensões geopolíticas em alguns desses países (nomeadamente a crise síria e a instabilidade do Médio Oriente decorrente sobretudo das novas ameaças do designado islão político).

Estima-se que o crescimento da Europa e Ásia Central em desenvolvimento tenha abrandado para um nível mais baixo do que previsto em 2014 (2,1%) à medida que a recuperação hesitante na Zona Euro e recessão na Rússia colocam desafios adicionais. Contrariamente, o crescimento da Turquia superou as expetativas, crescendo aproximadamente 4,2% em 2015. Prevê-se que o crescimento nesta região (Europa e Ásia Central) recupere para os 3% em 2016, 3,5% em 2016 e 2017, mas com divergências significativas. A recessão na Rússia detém o crescimento na Comunidade dos Estados Independentes (ex-repúblicas soviéticas), enquanto uma recuperação gradual na Zona Euro deverá estabilizar o crescimento na Europa Central e Oriental ao longo do horizonte de previsão.

As projeções para a economia portuguesa apresentadas pelo Banco de Portugal apontam para que em 2016 se prolongue a recuperação económica já visível no ano passado. As mais recentes projeções para a economia portuguesa apontam para uma recuperação moderada da atividade económica no período 2016-2017, após uma contração acumulada de cerca de 6% no período 2011-2013, no contexto do processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos

acumulados ao longo das últimas décadas.

O Banco de Portugal no seu Boletim de Dezembro de 2015 projeta de que a partir do final de 2015, e ao longo do horizonte de projeção restante (2016 e 2017), a economia deverá registar taxas de variação homólogas do PIB positivas (1,7% em 2016 e 1,8% em 2017). Esta previsão é corroborada pelo BCE.

As atuais condições restritivas de acesso ao crédito irão tendencialmente manter-se, na sequência da prossecução do processo de desalavancagem do setor bancário. A recuperação do investimento empresarial deverá beneficiar, no entanto de alguma melhoria das expectativas de procura por parte das empresas e das condições de financiamento. De acordo com a previsão do Banco de Portugal, a dinâmica da economia portuguesa deverá continuar a ser maioritariamente assegurada pelo desempenho das exportações, a par de uma recuperação da procura interna, que será compatível com a manutenção de excedentes na balança corrente e de capital. Por sua vez, o consumo privado deverá registar um período de estabilização durante os períodos económicos de 2016 e 2017. Também para o mesmo horizonte de projeção se prevê que a taxa de poupança se mantenha estável.

As exportações deverão manter um crescimento robusto, em linha com a procura externa de bens e serviços, mais dinâmico em 2016 e relativamente estável em 2017.

Relativamente ao mercado de trabalho é prevista uma melhoria deste indicador. No Orçamento do Estado para 2016 o Governo antevê uma taxa de desemprego de 11,2%, corroborando a perspetiva de descida moderada vaticinada pela OCDE.

Em Portugal a inflação deverá permanecer em níveis baixos. Após uma relativa estabilização dos preços em 2015, projeta-se um aumento progressivo dos preços em consonância com a recuperação económica.

No que concerne à Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em 2016 e 2017 este item apresentará um crescimento sustentado.

No entanto, à semelhança do ocorrido para 2015, estas projeções do Banco de Portugal estão rodeadas de grande incerteza, tanto ao nível da recuperação da economia mundial, bem como da evolução futura das tensões financeiras à escala global, das crises sociais e políticas europeias (veja-se a título de exemplo o Brexit ou a crise de relacionamento do governo polaco com as instituições europeias) e, em particular, da resposta institucional à crise da dívida soberana na área do euro.

Portugal terá de promover o desenvolvimento económico num quadro internacional ainda marcado pelo abrandamento da economia mundial em 2012 e 2013 (resultado das crises financeira e das dívidas soberanas), e que se encontra ainda em processo de demorada reversão. Este desenvolvimento terá que passar necessariamente pelo aumento da eficiência do sistema judicial e pela redefinição do papel do Estado (está ainda por realizar a famigerada reforma do Estado com as consequências sociais, económicas e políticas daí resultantes), de forma a estimular o investimento e a inovação. As políticas de apoio à criação de emprego apenas terão sucesso se os entraves ao investimento forem retirados.

Estas condições são indispensáveis ao sucesso no período pós-processo de ajustamento económico e financeiro e à construção de um paradigma económico que promova o crescimento de forma sustentável da economia portuguesa, mantendo um consenso institucional e coesão

social satisfatórios para todos os agentes económicos.

A instabilidade dos mercados ainda se mantém, mesmo depois do fim do programa de ajuda externa, estando ainda por definir, com a clarividência necessária, quais os mecanismos europeus de ajuda ao retorno aos mercados dos países intervencionados ao abrigo do Programa de Assistência Económica e Financeira e em que medida a Europa enquanto macrorregião e união política de estados se fará impor quer no plano geopolítico internacional quer na organização política interna.

#### **4.2 Evolução previsível da Fundação**

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que a Fundação prossegue os seus fins estatutários através das diversas respostas sociais, nomeadamente Creche, Educação Pré-escolar, CATL e Lar Residencial para Crianças e Jovens. Conta-se com os apoios financeiros num valor não inferior aos que foram recebidos no ano de 2015. Por outro lado haverá a preocupação de reduzir custos com o pessoal para não exceder os 2/3 do total dos gastos.

### **5 - Outras Informações**

---

A Fundação da Obra de Nossa Senhora da Purificação não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2015.

Não foram realizados negócios entre a Fundação e os seus corpos directivos.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a Segurança Social.

Analizados e aprovados em reunião de Direção no dia 08 de Abril de 2016

A Direção

*Sofie Maucher*

*Pe. Armin Maria Kümin*

*Pe. Pedro Manuel Luís*

*Godelieve Houben*

*Rosa Haberzettl*

Balanço - (modelo para ESNL) em 31-  
12-2015  
(montantes em euros)

Fundação da Obra de Nossa Senhora da  
Purificação

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2015	2014
ATIVO			
Ativo não corrente	5		
Ativos fixos tangíveis		1 588 514,80	1 562 513,21
Outros ativos financeiros		431,91	153,76
		1 588 946,71	1 562 666,97
Ativo corrente	6		
Inventários		2 305,82	2 570,92
Estado e outros entes públicos			2 433,93
Outras contas a receber		3 443,06	2 584,71
Diferimentos		5 464,86	4 791,49
Outros ativos financeiros			25 000,00
Caixa e depósitos bancários		133 864,90	144 124,34
		145 078,64	181 505,39
Total do ativo		1 734 025,35	1 744 172,36
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	11		
Fundos		419 170,03	419 170,03
Reservas		25 237,44	25 237,44
Resultados transitados		1 245 373,99	1 250 714,46
Resultado líquido do período		(12 999,60)	(5 340,47)
Total do fundo de capital		1 676 781,86	1 689 781,46
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente	9		
Fornecedores		776,01	121,83
Estado e outros entes públicos		14 503,86	14 175,17
Outras contas a pagar		41 963,62	40 093,90
	10	57 243,49	54 390,90
Total do passivo		57 243,49	54 390,90
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 734 025,35	1 744 172,36

Conselho Directivo

*S. Ramos, P. Pedro, L. S. Pe, Amélia Maria, K. K.*

Contabilista Certificado - 23892

*[Assinatura]*

**Demonstração dos Resultados por Naturezas -  
(modelo para ESNL) do período findo em 31-12-  
2015**

**Fundação da Obra de Nossa Senhora  
da Purificação**

(montantes em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	7	115 385,96	110 352,53
Subsídios, doações e legados à exploração	8	697 243,66	747 836,02
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(99 368,06)	(92 964,74)
Fornecimentos e serviços externos		(92 658,43)	(83 581,26)
Gastos com o pessoal	10	(580 091,29)	(582 885,18)
Outros rendimentos e ganhos	7	8 739,55	3 514,82
Outros gastos e perdas		(54 368,69)	(65 368,75)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>(5 117,30)</b>	<b>36 903,44</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(7 882,30)	(42 243,91)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(12 999,60)</b>	<b>(5 340,47)</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(12 999,60)</b>	<b>(5 340,47)</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(12 999,60)</b>	<b>(5 340,47)</b>

Conselho Directivo

*S. Almeida, Pe. Pedro Luís, Pe. António Maria, Kuenen*

Contabilista Certificado 23892

*[Assinatura]*



**Demonstração dos Fluxos de Caixa -  
(modelo para ESNL) do período findo em 31  
-12-2015  
(montantes em euros)**

Fundação da Obra de Nossa Senhora da  
Purificação

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2015	2014
<b><u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u></b>			
Recebimentos de clientes e utentes		115 385,96	110 352,53
Pagamentos a fornecedores		190 333,40	144 532,75
Pagamentos ao pessoal	10	578 849,15	584 487,19
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>(653 796,59)</b>	<b>(618 667,41)</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			(19,97)
Outros recebimentos/pagamentos		652 129,64	701 945,68
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>(1 666,95)</b>	<b>83 298,24</b>
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u></b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	33 883,89	65 391,53
Investimentos financeiros		278,15	153,76
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		573,38	1 014,82
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>(33 588,66)</b>	<b>(64 530,47)</b>
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u></b>			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		3,83	
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(3,83)</b>	
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(35 259,44)	18 767,77
Caixa e seus equivalentes no início do período		169 124,34	150 356,57
Caixa e seus equivalentes no fim do período		133 864,90	169 124,34

Conselho Directivo

Contabilista Certificado 23892

*S. Sanchez* *Pe. Pedro Luis* *Pe. Annunziata Kuenen* *M. J.*

**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2015**  
(montantes em euros)

Fundação da Obra de Nossa Senhora da Purificação

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014 1</b>		419 170,03		25 237,44	1 266 667,53				(15 953,07)	1 695 121,93		1 695 121,93
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>	4											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(15 953,07)				15 953,07			
2					(15 953,07)				15 953,07			
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3</b>									(5 340,47)	(5 340,47)		(5 340,47)
<b>RESULTADO EXTENSIVO 4=2+3</b>									(5 340,47)	(5 340,47)		(5 340,47)
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>												
Outras Operações		419 170,03								419 170,03		419 170,03
5												
<b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2014 6=1+2+3+5</b>		419 170,03		25 237,44	1 250 714,46				(5 340,47)	1 689 781,46		1 689 781,46

Conselho Directivo

*S. Mendes* *P. Pedro* *Re. Amilkar*

Contabilista Certificado

2B892

*M. V.*

**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2015**  
(montantes em euros)

Fundação da Obra de Nossa Senhora da Purificação

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Translados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
<b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015</b> 6		419 170,03		25 237,44	1 250 714,46				(5 340,47)	1 689 781,46		1 689 781,46
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>	4											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(5 340,47)				5 340,47			
7					(5 340,47)				5 340,47			
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b> 8									(12 999,60)	(12 999,60)		(12 999,60)
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b> 9=7+8									(12 999,60)	(12 999,60)		(12 999,60)
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>												
Outras Operações		419 170,03								419 170,03		419 170,03
10												
<b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2015</b> 6+7+8+10		419 170,03		25 237,44	1 245 373,99				(12 999,60)	1 676 781,86		1 676 781,86

Conselho Directivo

*Dr. Augusto P. Pedro* *Dr. P. Amândio*

Contabilista Certificado

23892

*M. A.*



Conta SNC	Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Líquido
<b>1</b>	<b>MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS</b>	<b>133 864,90</b>		<b>133 864,90</b>
<b>11</b>	<b>Caixa</b>	<b>4 251,23</b>		<b>4 251,23</b>
<b>12</b>	<b>Depósitos à ordem</b>	<b>54 613,67</b>		<b>54 613,67</b>
<b>13</b>	<b>Outros depósitos bancários</b>	<b>75 000,00</b>		<b>75 000,00</b>
<b>2</b>	<b>CONTAS A RECEBER E A PAGAR</b>	<b>8 907,92</b>	<b>57 243,49</b>	<b>(48 335,57)</b>
<b>22</b>	<b>Fornecedores</b>		<b>776,01</b>	<b>(776,01)</b>
221	Fornecedores c/c		776,01	(776,01)
2211	Fornecedores gerais		776,01	(776,01)
<b>23</b>	<b>Pessoal</b>		<b>913,45</b>	<b>(913,45)</b>
231	Remunerações a pagar		913,45	(913,45)
2312	Ao pessoal		913,45	(913,45)
<b>24</b>	<b>Estado e outros entes públicos</b>		<b>14 503,86</b>	<b>(14 503,86)</b>
242	Retenção de impostos sobre rendimentos		3 744,96	(3 744,96)
245	Contribuições para a Segurança Social		10 758,90	(10 758,90)
<b>27</b>	<b>Outras contas a receber e a pagar</b>	<b>3 443,06</b>	<b>41 050,17</b>	<b>(37 607,11)</b>
272	Devedores e credores por acréscimos (per. econ.)		41 050,17	(41 050,17)
2722	Credores por acréscimos de gastos		41 050,17	(41 050,17)
278	Outros devedores e credores	3 443,06		3 443,06
<b>28</b>	<b>Diferimentos</b>	<b>5 464,86</b>		<b>5 464,86</b>
281	Gastos a reconhecer	5 464,86		5 464,86
<b>3</b>	<b>INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS</b>	<b>2 305,82</b>		<b>2 305,82</b>
<b>33</b>	<b>Matérias-primas, subsidiárias e de consumo</b>	<b>2 305,82</b>		<b>2 305,82</b>
331	Matérias-primas	1 193,53		1 193,53
332	Matérias subsidiárias	1 112,29		1 112,29
<b>4</b>	<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>2 813 990,48</b>	<b>1 225 043,77</b>	<b>1 588 946,71</b>
<b>41</b>	<b>Investimentos financeiros</b>	<b>431,91</b>		<b>431,91</b>
415	Outros investimentos financeiros	431,91		431,91
4151	Detidos até à maturidade	169,73		169,73
4157	Outros investimentos financeiros - FCT	262,18		262,18
<b>43</b>	<b>Ativos fixos tangíveis</b>	<b>2 813 558,57</b>	<b>1 225 043,77</b>	<b>1 588 514,80</b>
433	Outros ativos fixos tangíveis	2 813 558,57	1 225 043,77	1 588 514,80
4331	Terrenos e recursos naturais	353 148,90		353 148,90
4332	Edifícios e outras construções	1 809 512,26		1 809 512,26
4333	Equipamento básico	396 657,24		396 657,24
4334	Equipamento de transporte	121 928,67		121 928,67
4335	Equipamento administrativo	30 127,55		30 127,55
4337	Outros ativos fixos tangíveis	102 183,95		102 183,95
4338	Depreciações acumuladas		1 225 043,77	(1 225 043,77)
43382	Edifícios e outras construções		618 341,12	(618 341,12)



Conta SNC	Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Líquido
43383	Equipamento básico		391 455,57	(391 455,57)
43384	Equipamento de transporte		111 057,55	(111 057,55)
43385	Equipamento administrativo		23 782,81	(23 782,81)
43387	Outros ativos fixos tangíveis		80 406,72	(80 406,72)
<b>5</b>	<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>		<b>1 689 781,46</b>	<b>(1 689 781,46)</b>
<b>51</b>	<b>Fundos</b>		<b>419 170,03</b>	<b>(419 170,03)</b>
<b>55</b>	<b>Reservas</b>		<b>25 237,44</b>	<b>(25 237,44)</b>
552	Outras reservas		25 237,44	(25 237,44)
<b>56</b>	<b>Resultados transitados</b>		<b>1 245 373,99</b>	<b>(1 245 373,99)</b>
<b>6</b>	<b>GASTOS</b>	<b>834 368,77</b>		<b>834 368,77</b>
<b>61</b>	<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</b>	<b>99 368,06</b>		<b>99 368,06</b>
612	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	99 368,06		99 368,06
<b>62</b>	<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>92 658,43</b>		<b>92 658,43</b>
622	Serviços especializados	40 318,42		40 318,42
6221	Trabalhos especializados	2 900,00		2 900,00
6223	Vigilância e segurança	316,68		316,68
6224	Honorários	11 995,00		11 995,00
6226	Conservação e reparação	24 389,24		24 389,24
6228	Outros	717,50		717,50
623	Materiais	5 799,29		5 799,29
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1 989,69		1 989,69
6233	Material de escritório	3 809,60		3 809,60
624	Energia e fluidos	34 942,84		34 942,84
6241	Eletricidade	15 234,35		15 234,35
6242	Combustíveis	14 654,39		14 654,39
6243	Água	5 054,10		5 054,10
625	Deslocações, estadas e transportes	1 684,37		1 684,37
6251	Deslocações e estadas	1 684,37		1 684,37
626	Serviços diversos	9 913,51		9 913,51
6262	Comunicação	3 305,56		3 305,56
6263	Seguros	5 094,68		5 094,68
6265	Contencioso e notariado	27,56		27,56
6267	Limpeza, higiene e conforto	188,81		188,81
6268	Outros serviços	1 296,90		1 296,90
<b>63</b>	<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>580 091,29</b>		<b>580 091,29</b>
632	Remunerações do pessoal	473 575,77		473 575,77
635	Encargos sobre remunerações	100 937,98		100 937,98
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	3 681,91		3 681,91
638	Outros gastos com o pessoal	1 895,63		1 895,63



Conta SNC	Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Líquido
<b>64</b>	<b>Gastos de depreciação e de amortização</b>	<b>7 882,30</b>		<b>7 882,30</b>
642	Ativos fixos tangíveis	7 882,30		7 882,30
6423	Equipamento básico	3 316,71		3 316,71
6424	Equipamento de transporte	2 000,00		2 000,00
6425	Equipamento administrativo	2 565,59		2 565,59
<b>68</b>	<b>Outros gastos</b>	<b>54 364,86</b>		<b>54 364,86</b>
681	Impostos	23 490,23		23 490,23
6812	Impostos indiretos	23 171,31		23 171,31
6813	Taxas	318,92		318,92
688	Outros	30 874,63		30 874,63
6883	Quotizações	460,00		460,00
6888	Outros não especificados	30 414,63		30 414,63
<b>69</b>	<b>Gastos de financiamento</b>	<b>3,83</b>		<b>3,83</b>
691	Juros suportados	3,83		3,83
6918	Outros juros	3,83		3,83
<b>7</b>	<b>RENDIMENTOS</b>		<b>821 369,17</b>	<b>(821 369,17)</b>
<b>72</b>	<b>Prestações de serviços</b>		<b>115 385,96</b>	<b>(115 385,96)</b>
721	Quotas dos utilizadores		115 385,96	(115 385,96)
<b>75</b>	<b>Subsídios, doações e legados à exploração</b>		<b>697 243,66</b>	<b>(697 243,66)</b>
751	Subsídios do Estado e outros entes públicos		568 974,03	(568 974,03)
752	Subsídios de outras entidades		128 269,63	(128 269,63)
<b>78</b>	<b>Outros rendimentos</b>		<b>8 166,17</b>	<b>(8 166,17)</b>
787	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		7 200,00	(7 200,00)
7873	Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento		7 200,00	(7 200,00)
788	Outros		966,17	(966,17)
7888	Outros não especificados		966,17	(966,17)
<b>79</b>	<b>Juros, dividendos e outros rendimentos similares</b>		<b>573,38</b>	<b>(573,38)</b>
791	Juros obtidos		573,38	(573,38)
7911	De depósitos		573,38	(573,38)
<b>8</b>	<b>RESULTADOS</b>			
	<b>Total</b>	<b>3 793 437,89</b>	<b>3 793 437,89</b>	<b>0,00</b>

**ANEXO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Fundação da Obra de Nossa Senhora da Purificação**

**ANO : 2015**

## ÍNDICE

- 1 - Identificação da entidade**
  - 1.1 Dados de identificação
- 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**
  - 2.1 Referencial contabilístico utilizado
  - 2.2 Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras
  - 2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior
- 3 - Principais políticas contabilísticas**
  - 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras
  - 3.2 Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras
  - 3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)
- 4 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**
  - 4.1 Outras divulgações
- 5 - Ativos fixos tangíveis**
  - 5.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:
  - 5.2 Outras divulgações
- 6 - Inventários**
  - 6.1 Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada
  - 6.2 Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:
- 7 - Rédito**
  - 7.1 Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços
  - 7.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:
- 8 - Subsídios do Governo e apoios do Governo**
  - 8.1 Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras
  - 8.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:
- 9 - Impostos e contribuições**
  - 9.1 Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:
- 10 - Benefícios dos empregados**
  - 10.1 Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas
  - 10.2 Benefícios dos empregados e encargos da entidade



**11 - Divulgações exigidas por diplomas legais**

- 11.1 Informação por atividade económica
- 11.2 Informação por mercado geográfico
- 11.3 Decomposição e movimento dos fundos patrimoniais
- 11.4 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

**12 - Outras informações**

- 12.1 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

**13 - Apenas para IES - Fluxos de caixa**

- 13.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

## Notas às Demonstrações Financeiras

**1 - Identificação da entidade****1.1. Dados de identificação**

Designação da entidade: Fundação da Obra de Nossa Senhora da Purificação

A Fundação Obra Nossa Senhora da Purificação (FONSP) é uma IPSS com dois estabelecimentos. Em Lisboa actua no apoio social como Creche e Jardim Infantil. Em Fátima desenvolve actividades de ATL e de Lar de Raparigas

**2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras****2.1. Referencial contabilístico utilizado**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de dezembro de 2015 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

**2.2. Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras**

Não foram derrogadas disposições do SNC

**2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior**

As contas reportadas ao período anterior estavam em normativo SNC-ESNL, pelo que as contas são comparáveis com as do período anterior.

### 3 - Principais políticas contabilísticas

#### 3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas. Os gastos de desenvolvimento são capitalizadas, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a

sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se em regime de isenção de IRC. Contudo, no caso de vir a desenvolver actividades com fins lucrativos, encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 23% (ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC).

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base

na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expetativa de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com o ponto 9 - Locações das Entidades do Sector Não Lucrativo, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 10 - Rédito das Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o

montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

**3.2. Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras**

Na preparação das demonstrações financeiras a organização utiliza estimativas e pressupostos que afectam os montantes reportados. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras do período e do período anterior incluem:

- justo valor e vidas úteis de activos tangíveis
- registo de provisões e perdas por imparidade

As estimativas foram preparadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das peças financeiras. As alterações a estas estimativas que venham a decorrer posteriormente serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva.

**3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos após a data do balanço que afectem o valor dos activos e passivos existentes à data do balanço são registados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo à demonstrações financeiras.

**4 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

**4.1. Outras divulgações**

As demonstrações financeiras da empresa foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (CNC (a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (JFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia (EU).

A adopção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF-ESNL) ocorreu pela primeira vez em 2011, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é de 1 de Janeiro de 2010, tal como estabelecido pela norma da Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

**5 - Ativos fixos tangíveis**

**5.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	353 148,90	1 780 268,26	393 474,16	121 928,67	28 670,74		102 183,95			2 779 674,68
Depreciações acumuladas		618 341,12	388 138,86	109 057,55	21 217,22		80 406,72			1 217 161,47
<b>Saldo no início do período</b>	<b>353 148,90</b>	<b>1 161 927,14</b>	<b>5 335,30</b>	<b>12 871,12</b>	<b>7 453,52</b>		<b>21 777,23</b>			<b>1 562 513,21</b>
<b>Variações do período</b>		<b>29 244,00</b>	<b>(133,63)</b>	<b>(2 000,00)</b>	<b>(1 108,78)</b>					<b>26 001,59</b>
<b>Total de aumentos</b>		<b>29 244,00</b>	<b>3 183,08</b>		<b>1 456,81</b>					<b>33 883,89</b>
Aquisições em primeira mão		29 244,00	3 183,08		1 456,81					33 883,89
<b>Total diminuições</b>			<b>3 316,71</b>	<b>2 000,00</b>	<b>2 565,59</b>					<b>7 882,30</b>
Depreciações do período			3 316,71	2 000,00	2 565,59					7 882,30
<b>Outras transferências</b>			<b>0,00</b>							<b>0,00</b>
<b>Saldo no fim do período</b>	<b>353 148,90</b>	<b>1 191 171,14</b>	<b>5 201,67</b>	<b>10 871,12</b>	<b>6 344,74</b>		<b>21 777,23</b>			<b>1 588 514,80</b>
Valor bruto no fim do período	353 148,90	1 809 512,26	396 657,24	121 928,67	30 127,55		102 183,95			2 813 558,57
Depreciações acumuladas no fim do período		618 341,12	391 455,57	111 057,55	23 782,81		80 406,72			1 225 043,77

## 5.2. Outras divulgações

A Fundação não tem bens considerados como património histórico, artístico e cultural.  
O método de depreciação é o da linha recta, aplicada aos bens considerados ao seu custo de aquisição.

## 6 - Inventários

### 6.1. Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As matérias primas são consideradas ao seu custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

### 6.2. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
<b>APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS</b>						
Inventários iniciais		2 570,92	<b>2 570,92</b>		2 608,24	<b>2 608,24</b>
Compras		99 102,96	<b>99 102,96</b>		92 927,42	<b>92 927,42</b>
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais		2 305,82	<b>2 305,82</b>		2 570,92	<b>2 570,92</b>
<b>Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas</b>		<b>99 368,06</b>	<b>99 368,06</b>		<b>92 964,74</b>	<b>92 964,74</b>
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>						

## 7 - Rébito

### 7.1. Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rébito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços



O rédito é reconhecido pelo justo valor da contraprestação recebida pelos serviços prestados na actividade normal da instituição. O rédito é reconhecido líquido de abatimentos e descontos.

**7.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	115 385,96	110 352,53
Juros	573,38	1 014,82
<b>Total</b>	<b>115 959,34</b>	<b>111 367,35</b>

**8 - Subsídios do Governo e apoios do Governo**

**8.1. Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras**

Os subsídios do Governo são considerados ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente que o subsídio venha a ser recebido e de que a entidade cumpre com os requisitos para o vir a receber. Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

**8.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:**

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
<b>Subsídios ao investimento</b>									
Para ativos fixos tangíveis									
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
<b>Subsídios à exploração</b>									
Valor dos reembolsos efetuados no período		549 411,68	549 411,68		147 831,98	147 831,98			
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração		549 411,68	549 411,68		147 831,98	147 831,98			
<b>Total</b>		(549 411,68)	(549 411,68)		(147 831,98)	(147 831,98)			

**9 - Impostos e contribuições**

**9.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:**

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	(12 999,60)	(5 340,47)
Imposto corrente		
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período		
Tributações autónomas		
Taxa efetiva de imposto		

## 10 - Benefícios dos empregados

### 10.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
<b>Pessoas ao serviço da empresa</b>			<b>38,00</b>	<b>72 314,00</b>
Pessoas remuneradas	37,00	70 411,00	37,00	70 411,00
Pessoas não remuneradas	1,00	1 903,00	1,00	1 903,00
<b>Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário</b>			<b>38,00</b>	<b>72 314,00</b>
Pessoas a tempo completo	38,00	72 314,00	38,00	72 314,00
(das quais pessoas remuneradas)	37,00	70 411,00	37,00	70 411,00
Pessoas na tempo parcial				
(das quais pessoas remuneradas)				
<b>Pessoas ao serviço da empresa por sexo</b>			<b>38,00</b>	<b>72 314,00</b>
Masculino				
Feminino	38,00	72 314,00	38,00	72 314,00
<b>Pessoas ao serviço da empresa afetas a I&amp;D</b>				
<b>Prestadores de serviços</b>				
<b>Pessoas colocadas por agências de trabalho temporário</b>				

### 10.2. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>580 091,29</b>	<b>582 885,18</b>
Remunerações do pessoal	473 575,77	477 664,86
Indemnizações		469,00
Encargos sobre as remunerações	100 937,98	99 905,92
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	3 681,91	3 226,56
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	1 895,63	1 618,84

## 11 - Divulgações exigidas por diplomas legais

### 11.1. Informação por atividade económica

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	115 385,96	115 385,96
Compras	99 102,96	99 102,96
Fornecimentos e serviços externos	92 658,43	92 658,43
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	99 368,06	99 368,06
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	99 368,06	99 368,06
Gastos com o pessoal	580 091,29	580 091,29
Remunerações	473 575,77	473 575,77
Outros gastos	106 515,52	106 515,52
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	1 588 514,80	1 588 514,80
Propriedades de investimento		

## 11.2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra- comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	115 385,96			115 385,96
Compras	99 102,96			99 102,96
Fornecimentos e serviços externos	92 658,43			92 658,43
Rendimentos suplementares:				

## 11.3. Decomposição e movimento dos fundos patrimoniais

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	419 170,03			419 170,03
Reservas	25 237,44			25 237,44
Outras reservas	25 237,44			25 237,44
Resultados transitados	1 250 714,46		(5 340,47)	1 245 373,99
Total	1 695 121,93		(5 340,47)	1 689 781,46

## 11.4. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados. O mesmo se passa com a Segurança Social.

## 12 - Outras informações

### 12.1. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Conselho Directivo

Pag. 13 de 14

Contabilista Certificado N° 23892

*S. Almeida P. Pedro L. P. António Maria Krumm*

*[Assinatura]*



Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
<b>Serviços especializados</b>	<b>40 318,42</b>	<b>30 616,29</b>
Trabalhos especializados	2 900,00	3 015,11
Vigilância e segurança	316,68	312,00
Honorários	11 995,00	6 936,00
Conservação e reparação	24 389,24	19 552,78
Outros	717,50	800,40
<b>Materiais</b>	<b>5 799,29</b>	<b>4 813,95</b>
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1 989,69	2 464,17
Material de escritório	3 809,60	2 349,78
<b>Energia e fluidos</b>	<b>34 942,84</b>	<b>35 470,20</b>
Electricidade	15 234,35	18 818,80
Combustíveis	14 654,39	12 595,06
Água	5 054,10	4 056,34
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>1 684,37</b>	<b>1 007,62</b>
Deslocações e estadas	1 684,37	1 007,62
<b>Serviços diversos</b>	<b>9 913,51</b>	<b>11 673,20</b>
Comunicação	3 305,56	4 789,29
Seguros	5 094,68	5 518,01
Contencioso e notariado	27,56	32,00
Limpeza, higiene e conforto	188,81	347,46
Outros serviços	1 296,90	986,44
<b>Total</b>	<b>92 658,43</b>	<b>83 581,26</b>

**13 - Apenas para IES - Fluxos de caixa****13.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:**

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	3 134,02	95 015,97	93 898,76	4 251,23
Depósitos à ordem	90 990,32	1 133 558,31	1 169 934,96	54 613,67
Outros depósitos bancários	50 000,00	60 000,00	35 000,00	75 000,00
<b>Total</b>	<b>144 124,34</b>	<b>1 288 574,28</b>	<b>1 298 833,72</b>	<b>133 864,90</b>

*S. Paulo Pe. Pedro Lis Pe. Amílcar Maria Quémia*

## **Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**

A: FUNDAÇÃO OBRA NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente, o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de Gestão, apresentados pelo Conselho Diretivo da FUNDAÇÃO OBRA NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO, com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Durante o exercício o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a atividade e a gestão da Instituição, verificou os livros, registos contabilísticos e respetiva documentação. Procedeu igualmente às verificações físicas dos bens e valores patrimoniais que se mostraram necessárias, assim como verificou o cumprimento da lei e dos estatutos, inteirando-se dos atos do Conselho de Direção, da qual sempre recebeu todos os elementos e esclarecimentos solicitados.

Analizou-se também o Relatório e as Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, compreendendo o Balanço, a Demonstração dos Resultados, Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo com as respetivas notas explicativas.

Nesta conformidade entende-se que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da FUNDAÇÃO OBRA NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO, em 31 de dezembro de 2015, satisfazendo também as disposições legais e estatutárias. Como compete dá-se ainda o acordo quando aos critérios valorimétricos utilizados pela Instituição, conforme constam da Nota do Anexo da Balanço e à Demonstração dos Resultados.

Nestes termos o Conselho Fiscal é de parecer:

1. Que sejam aprovados o Relatório de Gestão da Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e o Anexo da FUNDAÇÃO OBRA NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO, relativo ao exercício findo a 31 de dezembro de 2015.

2. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Finalmente deseja agradecer à Administração e a todo o Pessoal ao serviço da Instituição com quem contactou, toda a colaboração recebida no desempenho das suas funções.

Lisboa, 08 de abril de 2016

#### O CONSELHO FISCAL

Presidente:   
(Nuno Miguel Feliciano Francisco do Nascimento)

Vogal:   
(Ana Cristina de Abreu Pedro Martins de Oliveira)

Vogal:   
(Leopoldina Maria Rodrigues Santos Conceição)